



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA
Relatório e Contas Consolidadas
1º semestre 2002
Sociedade Aberta

Lugar do Espido, Via Norte, Maia
Matriculada na C.R.C. da Maia sob o n.º 1067
Capital Social: EUR 500.000.000
Pessoa Colectiva n.º 500204128

6 de Setembro de 2002

ÍNDICE

<u>1. ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL DOS NEGÓCIOS</u>	2
<u>ENVOLVENTE ECONÓMICA</u>	2
<u>ENVOLVENTE DO NEGÓCIO</u>	3
<u>2. ACTIVIDADE OPERACIONAL</u>	4
<u>3. ANÁLISE DAS CONTAS CONSOLIDADAS</u>	6
<u>3.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</u>	6
<u>3.2 BALANÇO</u>	7
<u>4. ESTRUTURA PATRIMONIAL E ALTERAÇÕES NA ÁRVORE DE PARTICIPAÇÕES DA SONAE INDÚSTRIA</u>	7
<u>5. PERSPECTIVAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2002</u>	9

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade vimos apresentar a V. Exas. o Relatório e Contas consolidadas referentes ao primeiro semestre de 2002.

1. Enquadramento Conjuntural dos Negócios

Envolvente Económica

O primeiro semestre de 2002 ficou marcado pelo fraco desempenho económico generalizado a nível mundial.

A economia norte-americana, normalmente considerada como motor da economia mundial, não foi capaz de registar uma clara recuperação económica, não correspondendo por essa via às expectativas que vinham sendo formuladas no decurso de 2001. Consequência de uma crise de confiança generalizada que se propagou para outras zonas do globo, fruto nomeadamente de preocupações crescentes quanto à fiabilidade da informação contabilística prestada pelas empresas, a economia norte-americana registou um fraco crescimento do seu produto interno, com um aumento da taxa de desemprego, baixa da produção industrial e do índice de confiança de empresários e consumidores.

A economia da União Europeia, embora menos afectada, sofreu por conta do abrandamento económico norte-americano e também por motivos endógenos, como a evolução dos mercados financeiros. Este efeito foi particularmente sentido nas duas maiores economias da Zona Euro, França e Alemanha, com destaque para a Alemanha em que o desequilíbrio das contas públicas não permitiu, ao longo do primeiro semestre de 2002, fornecer um “balão de oxigénio” à economia.

A economia brasileira continuou, ao longo de 2001, a ser afectada pela crise económica que se abateu sobre a América Latina e foi obviamente influenciada pelo fraco crescimento da economia norte-americana, à qual está fortemente interligada.

De salientar, neste contexto, a forte desvalorização que a moeda brasileira sofreu no primeiro semestre de 2002 em ano de eleições presidenciais.

Envolvente do Negócio

O mercado de painéis derivados de madeira registou, no primeiro semestre de 2002, uma evolução menos favorável decorrente da envolvente macro-económica e do processo de consolidação que o sector atravessa, evolução esta já verificada no segundo semestre de 2001.

Por tipo de produto, esta evolução menos favorável teve particular incidência no aglomerado de partículas.

Quanto aos mercados europeus em que a Sonae Indústria actua, verificou-se o seguinte:

- ☒ Na Península Ibérica, o volume de negócios de painéis derivados de madeira foi idêntico ao verificado no período homólogo de 2001 e ao semestre anterior, não obstante a pressão existente sobre a oferta de aglomerado de partículas, com consequências expectáveis sobre os preços de venda;
- ☒ Na Europa Central, mais especificamente França e Alemanha, a procura de painéis derivados de madeira registou um dinamismo inferior decorrente essencialmente de uma retracção generalizada no sector da construção civil, obras públicas e mobiliário. No entanto, há uma clara divergência de comportamento entre a procura de aglomerado de partículas e de MDF: enquanto que a procura de MDF mostrou-se sempre bastante dinâmica, sobretudo na Alemanha, a procura de aglomerado de partículas foi desfavorável e influenciada por tentativas de escoamento de stocks por parte de empresas concorrentiais (nomeadamente por parte da Hornitex que está em processo de falência), não permitindo optimizar a capacidade produtiva que a Sonae Indústria tem implantada nestes dois países;
- ☒ No Reino Unido, a actividade operacional da empresa registou francas melhorias, face ao semestre anterior e sobretudo face ao período homólogo de 2001, decorrente dos esforços encetados de conquista de quota de mercado e optimização operacional.

Os mercados do Brasil, Canadá e África do Sul registaram comportamentos distintos:

- No mercado brasileiro, o volume de negócios foi superior ao registado no período homólogo do ano anterior devido ao arranque, no segundo semestre de 2001, de uma segunda linha de produção de MDF. Apesar de o mercado brasileiro estar a atravessar um período de maior competitividade decorrente de um aumento significativo da oferta, a par de um maior sentimento de incerteza empresarial em toda a América Latina, foi possível compensar este ambiente adverso com o incremento da actividade de exportação;
- O mercado canadiano registou um dinamismo interessante graças a um *mix* de vendas mais rico em produtos de maior valor acrescentado. De referir que os bons resultados obtidos poderiam ter sido ainda melhores caso não tivesse ocorrido já

durante o segundo trimestre uma situação de *lock-out*, entretanto resolvida, o que comprometeu o volume de produção. O abastecimento dos clientes foi parcialmente garantido a partir de outras fábricas do Grupo com custos elevados e alguma perda de confiança em grandes clientes, entretanto em boa recuperação.

- O mercado sul africano mostrou-se extremamente favorável e o volume de negócios, quando expresso em moeda local, foi superior ao período homólogo de 2001 e ao semestre anterior, facto a realçar devido à forte sazonalidade do mercado. No entanto, este efeito foi atenuado pela variação cambial desfavorável do ZAR face ao EURO durante o primeiro semestre deste ano sofrendo, face ao semestre homólogo, uma depreciação média de cerca de 29%.

O volume de negócios consolidado da Sonae Indústria no primeiro semestre de 2002 foi de EUR 768,3 milhões, idêntico ao verificado no período homólogo do ano anterior. Por zona geográfica, e quando comparado com o primeiro semestre de 2001, registaram-se importantes acréscimos no volume de negócios em Espanha, Reino Unido, Brasil e África do Sul, parcialmente anulados por um decréscimo no volume de negócios de França e por uma evolução adversa do câmbio das moedas brasileira e sul-africana.

2. Actividade Operacional

A margem EBITDA consolidada da SONAE INDÚSTRIA foi de 11,6% do volume de negócios, um importante acréscimo face à margem homóloga de 2001 de 9,0% e superior à margem EBITDA do segundo semestre de 2001, que se cifrou em 11,4%.

Por mercado, os factos mais relevantes ocorridos ao longo do primeiro semestre de 2002 foram os seguintes:

- ☒ Ao nível da Península Ibérica, e no que se refere à produção de painéis derivados de madeira, verificaram-se níveis de rentabilidade superiores aos do semestre homólogo e segundo semestre de 2001, graças a uma estrutura de custos variáveis mais competitiva via redução do custo das matérias-primas, nomeadamente devido ao desempenho da Euroresinas enquanto fornecedora de químicos às unidades industriais da Península Ibérica a preços mais competitivos. A destacar, no decorrer do primeiro semestre de 2002, a paragem da linha de aglomerado cru de Pontevedra e o encerramento da linha de *post-forming* na Maia. O momento menos dinâmico do mercado de painéis derivados de madeira no primeiro semestre de 2002 tornou menos fácil a prevista conquista de quota de mercado por parte da unidade produtiva de Linares que arrancou em Julho de 2001. Quanto à actividade de produção de papel Kraft, verificaram-se igualmente níveis de rentabilidade superiores aos verificados no semestre homólogo: apesar de um volume de negócios inferior ao do primeiro semestre de 2001, a rentabilidade do negócio foi superior, graças

nomeadamente a uma diminuição dos custos com pessoal decorrente da redução do número de efectivos encetada ao longo de 2001;

- ↗ No mercado francês foram encetados esforços de conquista de quota de mercado, mas as condições adversas do mercado não permitiram aproveitar ao máximo a capacidade produtiva instalada. A margem EBITDA da operação francesa melhorou, face ao período homólogo do ano anterior e face ao último semestre de 2001: as novas unidades produtivas permitem estruturas de custos muito mais competitivas. No primeiro trimestre de 2002 deu-se o encerramento da linha de produção de aglomerado de partículas de Saint Pierre, cujos níveis de eficiência operacional eram não adequados à actual estrutura concorrencial do sector;
- ↗ No que se refere à Alemanha, a actividade operacional pautou-se por um acréscimo no volume de vendas, quer em relação ao semestre homólogo de 2001, quer em relação ao último semestre do ano anterior. No âmbito do processo de restruturação, procedeu-se ao encerramento da unidade produtiva de Göttingen;
- ↗ No Reino Unido, não obstante a explosão de um secador em Junho, facto que comprometeu a produção de todo o mês, a operação registou francas melhorias, decorrentes de um melhor aproveitamento da capacidade produtiva, optimização operacional e maior volume de vendas. Quer a margem de contribuição, quer a margem EBITDA, registaram francos progressos quando comparados com os dois últimos semestres, o homólogo e o imediatamente anterior;
- ↗ No Canadá, a operação registou também francas melhorias face ao período homólogo do ano anterior e face ao último semestre de 2001, graças ao melhor aproveitamento da capacidade produtiva e menores custos variáveis resultantes da utilização de soluções alternativas que minimizaram o custo da madeira, principal "input" produtivo. A margem de contribuição e a margem EBITDA aumentaram, em valor e em percentagem das vendas, face ao semestre anterior e face ao período homólogo de 2001, apesar da referida situação de *lock-out* ter penalizado a performance da empresa neste semestre;
- ↗ A operação do Brasil foi afectada pelo excesso de oferta decorrente do arranque de duas novas linhas de MDF concorrentiais. O mercado brasileiro encontra-se sob pressão ao nível da oferta, com consequências expectáveis sobre os preços, o que fez reduzir o contributo da actividade brasileira para o consolidado do Grupo. No entanto, e apesar da desfavorável evolução da taxa de câmbio da moeda brasileira face ao EURO, a operação brasileira continua a beneficiar de bons níveis de rentabilidade decorrentes das condições favoráveis de abastecimento de madeira.
- ↗ A operação na África do Sul registou um forte acréscimo no volume de vendas face ao período homólogo do ano anterior, decorrente do aproveitamento de fortes condições de procura no mercado local. O seu contributo foi no entanto afectado pela evolução desfavorável da taxa de câmbio da moeda sul-africana face ao EURO.

3. Análise das contas consolidadas

3.1 Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados	1º Semestre 2002 10 ⁶ EURO	1º Semestre 2001 10 ⁶ EURO	Variação %
Volume de Negócios	768,3	775,0	-0,9%
EBITDA	89,1	70,0	27,3%
EBITDA (%)	11,6	9,0	28,9%
Resultados Operacionais	12,0	4,5	166,7%
Resultados Financeiros	(48,5)	(36,2)	34,0%
Resultados Correntes	(36,6)	(31,7)	15,5%
Resultado Antes Impostos	(24,2)	(39,1)	38,1%
Imposto	(9,8)	4,7	s.s.
Interesses Minoritários	(4,2)	(3,2)	31,3%
Resultado Líquido do Exercício ¹	(38,2)	(37,6)	1,6%

s.s. – sem significado.

Em termos consolidados, o volume de negócios no primeiro semestre de 2002 cifrou-se em EUR 768,3 milhões, o que reflecte um valor quase em linha ao do período homólogo do ano anterior.

Se bem que o volume de negócios tenha sido praticamente idêntico ao verificado no período homólogo de 2001, a rentabilidade do negócio aumentou significativamente, elevando-se a margem EBITDA de 9% para 11,6%.

Em termos consolidados, os resultados operacionais consolidados foram de EUR 12 milhões, um acréscimo de 166,7% face ao período homólogo do ano anterior. Os resultados correntes foram negativos em EUR 36,6 milhões, um aumento de 15,5% face ao primeiro semestre de 2001. A evolução dos resultados correntes consolidados prende-se, sobretudo, com o enorme esforço de investimento realizado nos últimos anos e que terminou em 2001. Os resultados financeiros foram negativos, no montante de EUR 48,5 milhões, um agravamento de 34% face a idêntico período em 2001.

Os resultados extraordinários foram positivos em EUR 13,3 milhões.

O resultado líquido consolidado do período, após minoritários, foi negativo em EUR 38,1 milhões, face a um resultado negativo de EUR 37,6 milhões no semestre homólogo de 2001.

3.2 Balanço

Balanço Consolidado	1º Semestre 2002 10 ⁶ EURO	1º Semestre 2001 10 ⁶ EURO	Variação %
Imobilizado líquido ¹	1.664,9	1707,0	-2,5%
Activo Corrente	781,1	1.019,2	-23,4%
Activo Líquido Total	2.446,0	2.726,2	-10,3%
Capitais próprios ¹	296,1	419,5	-29,4%
Interesses Minoritários	165,3	198,9	-16,9%
Passivo de Longo Prazo	1.078,7	1.229,7	-12,3%
Passivo de Curto Prazo	905,9	878,1	3,2%
Passivo Total	1.984,6	2.107,8	-5,8%

Os activos líquidos consolidados da SONAE INDÚSTRIA passaram de EUR 2.726,2 milhões no final do primeiro semestre de 2001 para EUR 2.446 milhões no final do primeiro semestre de 2002. O endividamento líquido consolidado ascendeu a EUR 756,3 milhões, face a um endividamento líquido de EUR 806,0 milhões no final de 2001 e de EUR 594,9 milhões no período homólogo de 2001.

No final do primeiro semestre, o grau de cobertura do activo pelos capitais próprios, acrescidos dos interesses minoritários, era de 5,3 vezes e o rácio do endividamento líquido para o total dos capitais próprios e interesses minoritários era de 164%. Por sua vez, no final do primeiro semestre de 2002, o rácio de cobertura dos juros era de 1,84 vezes.

4. Estrutura patrimonial e alterações na árvore de participações da SONAE INDÚSTRIA

Na sequência da aquisição em bolsa de diversos lotes de acções da sociedade Tableros de Fibras, SA – TAFISA, a Tafisa aumentou o número de acções próprias detidas para 1.129.841, correspondendo a 3,66% do total de acções emitidas. A 31 de Dezembro de 2001, a percentagem de acções próprias detidas pela Tafisa era de 3,54%.

¹ Tal como em 2001, as Diferenças de consolidação foram anuladas por contrapartida de Outras reservas. Caso esta anulação não tivesse sido efectuada, em 30 de Junho de 2002 o Imobilizado líquido e os Capitais próprios seriam superiores em EUR 218,9 milhões e as Amortizações do período superiores em EUR 6,6 milhões.

Durante o primeiro trimestre de 2002, a Tafisa adquiriu em bolsa diversos lotes de acções da sociedade Glunz AG, sendo que o n.º total de acções detidas no final de Março era de 4.037.642, correspondentes a 98,12% do total das acções emitidas pela Glunz (4.115.000). Assim, a percentagem de acções da Glunz AG detidas pela Tafisa elevou-se de 98,0% a 31 de Dezembro de 2001 para 98,12% a 30 de Junho de 2002.

Em Fevereiro de 2002 ocorreu um aumento de capital da participada Tafisa Canadá (no valor de CAD 33.000.000) totalmente subscrito e realizado pela Euromegantic. Após o aumento de capital, a Euromegantic (sociedade controlada pela Sonae Indústria SGPS SA) passou a deter 67,23% da Tafisa Canadá. Antes do aumento de capital, a participação da Euromegantic na Tafisa Canadá era de 60,36%.

No primeiro trimestre de 2002, a Sonae Industria Brasil, Ltda. constituiu, em conjunto com a Sonae Investimentos América Latina, Ltda., uma sociedade brasileira denominada "Poliface Brasil, Ltda.", com o capital social de 10.000 reais. A Sonae Industria Brasil detém 99,99% do capital desta nova empresa.

Ainda no primeiro trimestre de 2002, as participadas Resoflex Lda. 1 (Braga) e 2 (São João a Madeira) viram o seu capital social ser redenominado em EUR para EUR 573.617,58 e EUR 24.939,90, respectivamente, tendo sido posteriormente liquidada a 30 de Junho de 2002 a participada Resoflex Lda. 2.

A 8 de Maio de 2002, a participada Portucel Viana alienou 98% da Portucel Viana Energia à TP – Sociedade Térmica Portuguesa, sociedade pertencente ao perímetro de consolidação da Sonae Capital.

No decorrer do primeiro semestre de 2002, a participada IMOCAPITAL liquidou junto da Portucel os 30% remanescentes da compra de participação maioritária na Gescartão, no montante de EUR 14.714.966.

Adicionalmente, procedeu-se à liquidação da AGEPAN, sociedade então participada a 100% pela Glunz AG, e que se encontrava sem qualquer actividade operacional.

Por conversão de suprimentos, no decorrer do primeiro semestre de 2002 deu-se um aumento do capital social das seguintes participadas:

- Tafisa France, de EUR 14.974.153 para EUR 49.112.000, com aumento de participação da Tafisa na Tafisa France para 99,99%;
- Société de Panneaux Isoroy SAS, de EUR 56.348.968 para EUR 76.512.375, com aumento de participação da Isoroy SAS para 96,47%;

- Isoroy SAS, de EUR 44.987.500 para EUR 101.480.000, com aumento de participação da Tafisa France para 99,94%;
- Isoroy Le Creusot SAS, de EUR 4.260.951 para EUR 15.428.400, mantendo-se a participação da Isoroy SAS em 99,99%.

5. Perspectivas para o segundo semestre de 2002

A incerteza relativamente à força da recuperação económica na Europa é elevada, não de *per si* mas devido ao contexto de desequilíbrios existentes noutras economias do mundo, em particular na América Latina e nos Estados Unidos da América, que poderão afectar a procura externa.

Embora a zona EURO esteja isenta de grandes desequilíbrios macro-económicos e um EURO mais forte tenha um efeito moderador sobre a evolução da inflação, o equilíbrio orçamental imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento deverá comprometer, sobretudo na Alemanha e Portugal, o investimento público, arrastando por essa via o sector de construção civil e mobiliário.

No que se refere ao Brasil, o recentemente aprovado empréstimo do FMI deverá garantir a solvabilidade das contas externas brasileiras, mas o clima de incerteza económica inerente às eleições presidenciais a ocorrer em Outubro de 2002 não deverá ser de menosprezar.

Em relação à economia canadiana e à presença da Sonae Indústria neste país, é forte a correlação com a economia norte-americana, pelo que o desempenho no segundo semestre estará fortemente dependente da força e sustentabilidade da recuperação económica nos EUA.

Em termos sectoriais, o sector de produção de painéis derivados de madeira encontra-se num processo de consolidação que levará a uma inevitável redução do número de *players* independentes a nível internacional e mesmo em cada mercado local.

É neste contexto macro-económico e sectorial que a Sonae Indústria procurará, ao longo do segundo semestre de 2002, desenvolver a sua actividade, tendo como objectivos constantes melhorias operacionais e de *mix* de vendas nos diferentes mercados, volumes de produção crescentes e alargamento de quotas de mercado sobretudo nos produtos de maior valor acrescentado.

Maia, 6 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

GRUPO INDUSTRIA
Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2002

Activo	02.06.30			Euros
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Liquido	01.06.30 Activo Liquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	72.585.002	31.192.491	41.392.511	36.498.243
Despesas investigação e desenvolvimento.....	13.111.554	8.746.717	4.364.837	1.451.222
Propriedade industrial e outros direitos.....	7.787.457	5.520.415	2.267.042	1.787.384
Imobilizações em curso.....	588.305		588.305	2.059.539
	94.072.318	45.459.623	48.612.695	41.796.388
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	69.677.754	2.039.700	67.638.054	68.424.771
Edifícios e outras construções.....	509.017.998	131.123.074	377.894.924	307.137.150
Equipamento básico.....	1.852.914.641	817.466.973	1.035.447.668	763.262.740
Equipamento de transporte.....	27.457.611	23.803.189	3.654.422	5.367.716
Ferramentas e utensílios.....	4.481.418	3.203.182	1.278.236	1.699.250
Equipamento administrativo.....	82.122.473	40.323.310	41.799.163	16.743.010
Taras e vasilhame.....	14.916	9.554	5.362	8.793
Outras imobilizações corpóreas.....	28.263.930	22.455.062	5.808.868	8.385.566
Imobilizações em curso.....	54.439.383		54.439.383	418.895.518
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	3.560.261		3.560.261	39.390.264
	2.631.950.385	1.040.424.044	1.591.526.341	1.629.314.778
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas.....	66.439.744	45.996.206	20.443.538	23.621.321
Empréstimos a empresas associadas.....	17.646.989	14.969.231	2.677.758	10.196.242
Partes de capital em outras empresas participadas.....	104.633		104.633	104.637
Títulos e outras aplicações financeiras.....	310.419	64.163	246.256	395.413
Outros empréstimos concedidos.....	328.537		328.537	395.622
Adiantamentos por conta investimentos financeiros.....	1.004.236		1.004.236	1.150.496
	85.834.558	61.029.600	24.804.958	35.863.731
CIRCULANTE				
Existências:				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo.....	119.568.291	6.530.678	113.037.613	123.636.049
Produtos e trabalhos em curso.....	7.112.515		7.112.515	7.145.186
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....	10.885.774		10.885.774	7.136.355
Produtos acabados e intermédios.....	89.185.142	2.334.825	86.850.317	94.293.082
Mercadorias.....	16.112.762	197.876	15.914.886	13.505.323
Adiantamentos por conta de compras.....				763
	242.864.484	9.063.379	233.801.105	245.716.758
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes de cobrança duvidosa.....	358.677	358.677		
Empresas associadas.....	101.176		101.176	
Adiantamentos a fornecedores.....				142.173
Estado e outros entes públicos.....				1.153.128
Outros devedores.....	1.065.224	66.999	998.225	13.720.495
	1.525.077	425.676	1.099.401	15.015.796
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c.....	247.632.275	4.113.576	243.518.699	245.790.888
Clientes - Títulos a receber.....	47.090.871	1.332	47.089.539	53.188.963
Clientes de cobrança duvidosa.....	17.558.399	14.025.250	3.533.149	1.767.919
Empresas associadas.....	12.804.462		12.804.462	29.534.566
Outros acionistas.....	45.502		45.502	
Adiantamentos a fornecedores.....	1.998.366		1.998.366	1.394.403
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....	9.978		9.978	483.404
Estado e outros entes públicos.....	33.737.664		33.737.664	44.071.870
Outros devedores.....	54.046.347	709.219	53.337.128	45.224.862
	414.923.864	18.849.377	396.074.487	421.456.875
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis.....	1.355.646	98.882	1.256.764	26.858
Outras aplicações de tesouraria.....	138.256		138.256	24.960.294
	1.493.902	98.882	1.395.020	24.987.152
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	58.319.848		58.319.848	248.327.208
Caixa.....	1.055.660		1.055.660	263.132
	59.375.508		59.375.508	248.590.340
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	71.434.239		71.434.239	49.992.188
Custos diferidos.....	17.871.558		17.871.558	13.428.488
	89.305.797		89.305.797	63.420.676
Total de amortizações		1.085.883.667		
Total de provisões		89.466.914		
Total do activo	3.621.345.893		2.445.995.312	2.726.162.494

GRUPO INDUSTRIA
Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2002
Euros

Capital Próprio e Passivo	02.06.30	01.06.30
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	500.000.000	500.000.000
Prémios de emissão de acções.....	135.339.049	135.339.049
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas.....	12.462.329	9.047.664
Reservas de reavaliação.....	5.376.591	7.857.836
Reservas:		
Reservas legais.....	3.297.117	2.658.586
Outras reservas.....	-322.293.537	-197.825.654
	334.181.549	457.077.481
	-38.107.710	-37.612.320
	296.073.839	419.465.161
	165.277.718	198.882.886
Total do capital próprio		
Interesses Minoritários		
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões.....	22.504.927	22.859.288
Provisões para impostos.....	537.106	453.438
Outras provisões para riscos e encargos.....	46.045.734	36.778.225
	69.087.767	60.090.951
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	51.081.744	51.079.361
Dívidas a instituições de crédito.....	522.027.191	689.733.037
Fornecedores, c/c.....	2.924	4.198
Empresas associadas.....	422.371.717	446.269.393
Outros empréstimos obtidos.....	3.644.277	4.226.144
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	18.261.355	18.914.194
Estado e outros entes públicos.....	8.581.043	17.229.118
Outros credores.....	52.693.595	2.274.821
	1.078.663.846	1.229.730.266
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito.....	238.379.902	118.440.887
Adiantamentos por conta de vendas.....	406	2.803
Fornecedores, c/c.....	114.086.540	130.473.742
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....	23.355.747	18.045.208
Fornecedores - Títulos a pagar.....	26.211.216	36.365.234
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....	284.506	1.810.778
Empresas associadas.....	91.063.896	84.635.907
Adiantamentos de clientes.....	566.205	1.239.499
Outros empréstimos obtidos.....	1.948.058	4.991.653
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	25.338.517	70.473.520
Estado e outros entes públicos.....	40.037.952	27.685.609
Outros credores.....	90.463.447	151.466.587
	651.736.392	645.631.427
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....	119.942.278	133.746.807
Proveitos diferidos.....	65.213.472	38.614.996
	185.155.750	172.361.803
Total do passivo		
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	1.984.643.755	2.107.814.447
	2.445.995.312	2.726.162.494

GRUPO INDUSTRIA
Demonstração Consolidada dos Resultados do 1º Semestre de 2002
Euros

	02.06.30		01.06.30	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....	23.726.077		20.081.207	
Matérias.....	321.534.221	345.260.298	360.716.881	380.798.088
Fornecimentos e serviços externos		192.507.023		197.506.918
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	106.072.649		103.859.386	
Encargos sociais:				
Pensões.....	2.172.878		2.797.443	
Outros.....	32.864.425	141.109.952	34.301.196	140.958.025
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	71.638.746		62.713.505	
Provisões.....	5.455.526	77.094.272	2.851.389	65.564.894
Impostos.....	7.222.151		8.060.797	
Outros custos e perdas operacionais.....	874.011	8.096.162	635.025	8.695.822
(A)		764.067.707		793.523.747
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....			51.308	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	10.213.090		12.677.712	
Outros.....	45.946.073	56.159.163	33.316.084	46.045.104
(C)		820.226.870		839.568.851
Perdas relativas a empresas associadas.....		920.145		907.884
Custos e perdas extraordinárias		25.159.117		28.050.281
(E)		846.306.132		868.527.016
Imposto corrente.....		7.104.941		1.478.460
Imposto diferido.....		2.649.670		-6.164.839
(G)		856.060.743		863.840.637
Interesses minoritários		4.208.613		3.224.522
Resultado consolidado líquido do período.....		-38.107.710		-37.612.320
		822.161.646		829.452.839
Proveitos e ganhos				
Vendas:				
Mercadorias.....	27.099.576		26.003.477	
Produtos.....	738.947.147		743.959.710	
Prestações de serviços	2.275.338	768.322.061	5.059.681	775.022.868
Variação da produção.....				
Trabalhos para a própria empresa.....		-6.338.911		10.170.741
Proveitos suplementares	4.377.935	2.399.790	2.293.487	5.294.738
Subsídios à exploração.....	308.577		210.854	
Outros proveitos e ganhos operacionais	6.954.990	11.641.502	5.014.887	7.519.228
(B)		776.024.442		798.007.575
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas.....			127.488	
Relativos a outras empresas.....			45.145	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas associadas.....	394		49.123	
Outros.....	2.732			
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	104.176		398.260	
Outros.....	7.524.772	7.632.074	9.228.895	9.848.911
(D)		783.656.516		807.856.486
Ganhos relativos a empresas associadas.....		26.556		
Proveitos e ganhos extraordinários		38.478.574		21.596.353
(F)		822.161.646		829.452.839
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		11.956.735		4.483.828
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		-48.527.089		-36.196.193
Resultados correntes: (D) - (C) =		-36.570.354		-31.712.365
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		-24.144.486		-39.074.177
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =		-33.899.097		-34.387.798



SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

A informação constante deste anexo segue a estrutura e numeração propostas pelo Plano Oficial de Contabilidade, sendo apenas apresentadas as notas cuja informação é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Sonae Indústria, SGPS, SA.

0 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

As contas consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação do Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo decreto-lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos mais significativas utilizadas na elaboração das contas consolidadas foram as seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas ao custo histórico, modificado por reavaliações legais ou económicas de imobilizações corpóreas específicas, e com base no princípio da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (notas 1 e 3), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a sociedade mãe e todas as suas filiais. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. São efectuados ajustamentos na consolidação, quando necessário, por forma a adaptar as políticas contabilísticas das associadas às definidas pelo Grupo. Os saldos, as transacções e os lucros entre empresas do Grupo foram eliminados.

(c) Investimentos financeiros

As sociedades em que o Grupo participe em mais de 20% mas em menos de 50% do capital social e nas quais o Grupo pode exercer influência significativa foram incluídas nas contas como empresas associadas pelo método de equivalência patrimonial. A parte do resultado líquido das associadas atribuível ao Grupo está incluído na demonstração de resultados. A parte de outros movimentos nos capitais próprios das associadas ocorridos após a aquisição e atribuíveis ao Grupo aparece relevada nos capitais próprios consolidados. São efectuados ajustamentos na consolidação quando necessário para adaptar as políticas contabilísticas das associadas às definidas pelo Grupo. As transacções e os lucros com empresas associadas são eliminados na consolidação, proporcionalmente.

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas que sejam excluídas da consolidação nos termos estabelecidos no art.º 4º do decreto-lei n.º 238/91, bem como as participações em empresas participadas, são relevadas ao custo de aquisição.

(d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui os gastos adicionais de compra.

(e) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais, acrescido das despesas imputáveis à compra.

Os subsídios recebidos ou a receber relativos a activos específicos são apresentados em proveitos diferidos e posteriormente considerados proveitos ao longo da vida útil dos respectivos bens. Os subsídios não identificáveis com activos específicos são considerados proveitos no exercício em que são recebidos.

(f) Depreciação

A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	6,6
Equipamento de transporte	20
Equipamento administrativo	10
Imobilizações incorpóreas	20

(g) Propriedade Industrial e Outros Direitos

As marcas e patentes são apresentadas ao custo e amortizadas ao longo da vida útil do correspondente activo ou da duração da patente ou marca, dos dois a mais baixa.

(h) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação, calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, e que correspondem ao excesso do valor de aquisição sobre o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registados directamente nos capitais próprios como uma redução do saldo da rubrica “Outras Reservas” (ver nota 11).

(i) Capitalização de encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com activos específicos, incorridos até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, são capitalizados, nomeadamente os encargos financeiros relativos a empréstimos bancários e de empresas do grupo, destinados ao financiamento do activo imobilizado em curso. Estes encargos capitalizados são amortizados ao longo do período médio estimado de amortização daqueles activos fixos, que é de 15 anos.

(j) Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos.

(k) Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é na generalidade calculado utilizando o critério da média ponderada e os seguintes métodos:

Mercadorias e Matérias-primas

- custo médio das existências, incluindo custos de transporte, despacho e manuseamento;

Produtos em Curso de Fabrico e Produtos Acabados

- incluem todos os custos directos de produção e encargos gerais de fabrico imputados com base num nível normal de actividade.

(l) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para euros às taxas de câmbio em vigor no final do período. Os resultados das filiais estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças ocorridas na conversão da situação líquida inicial das subsidiárias são registadas numa reserva de conversão monetária, a qual está incluída na rubrica "Outras reservas".

Nos casos em que os saldos no fim do período estão regulados por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em euros.

As taxas de câmbio utilizadas no período para a conversão em euros das contas das filiais estrangeiras foram as constantes na nota n.º 24.

(m) Interesses minoritários

Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do Grupo e inscrito na demonstração de resultados consolidada na rubrica "Interesses minoritários".

(n) Impostos

A estimativa de imposto sobre o rendimento para o período findo em 30 de Junho de 2002 é calculada com base no resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando cada uma das filiais isoladamente ou os grupos de consolidação fiscal, quando existentes, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

(o) Locação financeira

Os activos sob contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades estão reflectidas no balanço consolidado, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística n.º 10.

(p) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a riscos estimados.

(q) Especialização de exercícios

As empresas do grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

NOTA 1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO		CONDIÇÕES DE INCLUSÃO		
		30.06.2002		30.06.2001		
		Directo	Total	Directo	Total	
Agloma – Financial Investments, B. V.	Ilhas Caimão	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Agloma - Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.	Oliveira do Hospital	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Casca - Sociedade de Revestimento, S.A.	Águeda	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Celnave – Agência de Navegação, Lda.	Viana do Castelo	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	b)
Celpap – Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda.	Viana do Castelo	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	b)
Cia. De Industrias y Negocios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%		a)
Emprobal – Empr. Produção e Comercial. de Embalagens, Lda.	Funchal	60,00%	19,50%	60,00%	32,47%	b)
Euro Decorative Boards Ltd.	Peterlee (U.K.)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Euromegantic Lteé	Québec (Canadá)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Explotaciones Comerciales, Industriales y de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%		a)
Explotaciones Madereras Catalanas, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%		
Gescartão, SGPS, SA	Viana do Castelo	65,00%	32,50%	65,00%	32,47%	b)
Glunz AG	Hamm (Alemanha)	97,52%	92,96%	97,52%	92,72%	a)
Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	83,66%	90,00%	83,45%	a)
Imocapital, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	49,96%	49,96%	b)
Industrias Químicas del Carbono, S.A.	Valencia (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
2) Isoroy Chatellerault	Labruguière (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Isoroy Diffusion, SNC	Alfortville (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Isoroy Le Creusot, SAS	Torcy (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Isoroy Panneaux de Fibres, S.A.	St.Dizier (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Isoroy, SAS	Boulogne (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Lepe – Empresa Portuguesa de Embalagens, SA	Marinha Grande	100,00%	32,50%	100,00%	32,475	b)
Leroy Gabon S.A.	Libreville (Gabão)	99,99%	94,68%	99,99%	94,56%	a)
Maichave – Consultoria e Gestão, SA	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Manipulaciones Florestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%		a)
Megantic B.V.	Amsterdam (Países Baixos)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	Paredes	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
NAB – Sociedade Imobiliária, Lda	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Novobord (Pty) Ltd.	Rosebank (África do Sul)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
1) Placage Okoumé du Gabon	Libreville (Gabão)	89,76%	84,99%	89,76%		
Plysolol SAS	Niort (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Plysolol SNC	Lisieux (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Poliface – Componentes e Sist. para Mob. e Construção, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Poliface Componentes y Sist. para Mobil. y Construcción, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%		a)
Portucel Embalagem – Empr. Produtora Embal. de Cartão, SA	Albarraque	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	b)
Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, SA	Mourão	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	b)
Portucel Viana – Empresa Produtora de Papéis Industriais, SA	Viana do Castelo	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	b)
5) Portucel Viana Energia – Empresa de Cogeração Energética, SA	Viana do Castelo	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	b)
Racionalización y Manufacturas Florestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%		a)
Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.	Vila de Conde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
RGR – Reciclagem e Gestão de Resíduos, SA	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
SCS Beheer, BV	Holanda	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Selvicola del Norte, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Siaf – Soc. de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S.A.	Mangualde	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)

	Socelpac, SGPS, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais - Energias, S.A.	Mangualde	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Société Civile Bois de la Duchesse	Auxerre (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Société Civile de Chamouille	St. Dizier (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
3)	Isoroy Casteljaloux	Casteljaloux (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Société Civile de la Route de Caen	Saint-Pierre (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
4)	Société des Essences Fines Isoroy	Honfleur (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Société des Panneaux Isoroy, S.A.	Ussel (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
1), 6)	Société de Tranchage Isoroy	Honfleur (França)	99,76%	94,52%	99,76%		
	Somit - Imobiliária, S.A.	Oliveira do Hospital	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Sonae Indústria - Consultadaria e Gestão, S. A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Indústria - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MAE	MÃE
	Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodhead (África do Sul)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Sonae - Serviços de Gestão, S. A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%		
	Sonae Tafibra - Gestão Comercial, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Tafibra (UK) Ltd	Hants (Reino Unido)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Tafibra Benelux, B. V.	Woerden (Países Baixos)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
	Sonae UK, Limited	Londres (Reino Unido)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Tableros de Fibras, S.A.	Madrid (Espanha)	92,92%	94,69%	92,92%	94,57%	a)
	Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Tafibra - Tableros Aglomerados y de Fibras, A.I.E.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,42%	100,00%	91,96%	a)
	Tafibra South Africa, Limited	África do Sul	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Tafibras, S.A.	Curitiba (Brasil)	53,82%	51,12%	53,82%	51,06%	a)
	Tafisa Brasil, S.A.	Curitiba (Brasil)	100,00%	59,40%	100,00%	59,33%	a)
	Tafisa Canadá Société en Commandite	Québec (Canadá)	67,23%	63,66%	60,36%	57,09%	a)
	Tafisa France S.A.	Alfortville (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Tafisa U.K.Ltd.	Petrelee (Reino Unido)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
	Tavapan, SA	Tavannes (Suíça)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
	Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%		
	Tool, GmbH	Alemanha	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)

a) alínea a), nº1 do artº1º do decreto-lei n.º 238/91(maioria dos direitos de voto, sendo titular do capital da empresa);

b) alíneas c) e d), nº1 do artº1º do decreto-lei n.º 238/91;

1) Filial excluída do exercício anterior por não ser materialmente relevante;

2) Ex – Isoroy Contreplaques, S. A.;

3) Ex – Sci Cocomont;

4) Ex – Sci du Quai Carnot;

5) Filial alienada em 8 de Maio de 2002;

6) Ex – Leroy, S. A..

NOTA 2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO		CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO		
		30.06.2002		30.06.2001		
		Directo	Total	Directo	Total	
1) Agepan S.A.R.L.	Forbach (França)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Ecociclo – Energia e Ambiente, S. A.	Matosinhos	100,00%	100,00%			a)
Eiweiler Sperrholz GmbH	Alemanha	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Enercicla, Lda	Mourão	100,00%	32,50%	100,00%	32,47%	a)
Florestal y Maderera, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
1) G & W Finantial Engeneering Amsterdam Services, B.V.	Wasenaar (Países Baixos)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)

Glunz Service GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Glunz Uk Holdings, Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Glunz Uka GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S.A.	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Indústrias Florestais de Manica – Ifloma, S.A.R.L.	Maputo	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	a)
Isoroy Deutschland GmbH	Kehl (Dinamarca)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Isoroy Transformation S.A.	St. Dizier (França)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
OKO Zentrum NRW	Alemanha	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Orpin, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
OSB Deustchland	Alemanha	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Plysorol B.V.	Soest (Países Baixos)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Poliface North America	Québec (Canadá)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Resoflex I - Racionalização de Espaços, Lda	Braga	82,50%	82,50%	82,50%	82,50%	a)
Resoflex II - Racionalização de Espaços, Lda	São João Madeira	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%	a)
Ruhrholz GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	92,96%	100,00%	92,72%	a)
Saborec	França	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)
Sonae Espanha, S.A.	Madrid (Espanha)	99,94%	94,63%	99,94%	94,51%	a)
Sonae Indústria Brasil, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Sonae North América Inc.	Quebec (Canadá)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Tafisa Trading, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	94,69%	100,00%	94,57%	a)

a) nº1 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91 (exclusão por imaterialidade);
 1) Filial liquidada durante o 1º semestre de 2002.

NOTA 3: EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO				MOTIVOS DE EXCLUSÃO	
		30.06.2002		30.06.2001			
		Directo	Total	Directo	Total		
Comfloresta – Comp. Catarinense de Empr. Florestais, S. A.	Brasil	36,00%	21,38%	36,00%	21,36%		
Serradora Boix	Barcelona	31,25%	29,59%	31,25%	29,55%		

NOTA 4. EMPRESAS ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO				MOTIVOS DE EXCLUSÃO	
		30.06.2002		30.06.2001			
		Directo	Total	Directo	Total		
Promodeco – Proj. Imobiliário Decoração e Construção, Lda	Maia	27,60%	27,60%	27,60%	27,60%	a)	
Sonaegest	Maia	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	a)	
Stinnes Holz GmbH	Hamm (Alemanha)	35,25%	32,77%	35,25%	32,68%	a)	

a) nº1 do artº4º do decreto-lei n.º 238/91 (exclusão por imaterialidade);

NOTA 7. TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o período, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

Por categoria:

Quadros	627
Técnicos	1.636
Pessoal Administrativo	1.029
Directos	5.576
Total	8.868

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10: DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido em 0.h), as diferenças de consolidação foram registadas na rubrica “Outras reservas”:

	02.06.30	01.12.31	Variação	Euros
De abertura	-3.443.592	-3.439.246	-4.346	
Positivas	-218.142.490	-215.169.147	-2.973.343	
Negativas	38.650.201	38.599.490	50.711	

NOTA 11. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO PERÍODO

A política contabilística utilizada a partir de 1 de Janeiro de 2001 no tratamento das diferenças de consolidação (nota 0-h) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais preconizam que as diferenças de consolidação devem ser relevadas em rubrica autónoma do Imobilizado incorpóreo (Diferenças de consolidação) e amortizadas em quotas constantes durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos. Caso tivesse sido utilizado o critério preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade, os valores das rubricas de Imobilizado incorpóreo líquido e Capitais próprios viriam aumentados em 218.876.776 euros, e o valor da rubrica de Amortizações do período viria aumentado em 6.569.834 euros.

NOTA 14. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A comparabilidade do Balanço Consolidado e da Demonstração Consolidada de Resultados de 30 de Junho de 2002 com o período homólogo do ano anterior é afectada pelas seguintes alterações do perímetro de consolidação:

- 1) No período foram incluídas no perímetro de consolidação as seguintes sociedades:

Pelo método de integração global:

- a) Société de Tranchage Isoroy
- a) Placage Okoumé du Gabon
- a) Filial excluída no período anterior por não ser materialmente relevante;

2) No período foram excluídas do perímetro de consolidação as seguintes sociedades:

Pelo método de integração global:

- a) Portucel Viana Energia, SA
- a) Filial alienada em 8 de Maio de 2002.

NOTA 18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabilizaram as participações em associadas de acordo com a alínea a) do n.º 5.4.3.1. do anexo II do Plano Oficial de Contabilidade (custo de aquisição). No entanto, e nos casos mencionados na Nota 3, foram efectuados ajustamentos de consolidação para a contabilização das participações em associadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o n.º 13.6.1 das Normas de Consolidação de Contas. Nas restantes situações (nota 4 – exclusão por imaterialidade), as participações em associadas permanecem ao custo de aquisição.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros não reflectidos no balanço à data de 30 de Junho de 2002 são os seguintes:

- a) Os bancos participantes no empréstimo sindicado de 400.000.000 euros detêm uma opção de venda à Sonae Indústria SGPS, SA dos créditos por eles concedidos a um conjunto de subsidiárias desta última, a ser exercida nos termos referidos no ponto 8 da nota 50;
- b) Responsabilidade por rendas de ALD vincendas no montante de 644 145 euros.

NOTA 22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A 30 de Junho de 2002, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas podem ser apresentadas como segue:

<u>Euros</u>	
Garantias	192.218.392
Hipotecas	95.102.000
Penhores	6.068.047
Outras	169.540.606

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

NOTA 23. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Ver Nota 0.

NOTA 24 - COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	Taxa média período	Taxa 30.06.2002
Libra	0,621191	0,649802
Franco Suiço	1,468925	1,464408
Real	2,173819	2,815870
Rand	9,850276	10,30397
Dollar Canadiano	1,411931	1,472104

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO

O aumento verificado na rubrica “Despesas de instalação” durante o período refere-se principalmente a:

	Euros
Capitalização de custos relacionados com o arranque da fábrica de Linares	1 443 038
Inclusão no perímetro de consolidação da Placage Okoumé du Gabon	1.812.631

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 27. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o período nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto	Euros				
	Saldo Inicial	Aumentos (a')	Alienações	Transferências e Abates (a)	Saldo Final
Rubricas					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	70.647.078	3.488.814	586.326	-964.564	72.585.002
Despesas de investigação e desenvolvimento	11.901.713	127.432		1.082.409	13.111.554
Propriedade industrial e outros direitos	6.572.990	1.220.559		-6.092	7.787.457
b) Imobilizações em curso	546.431	36.980		4.894	588.305
	89.668.212	4.873.785	586.326	116.647	94.072.318
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	68.734.488	2.606.270	2.179	-1.660.825	69.677.754
Edifícios e outras construções	430.560.660	4.308.638	71.563	74.220.263	509.017.998
Equipamento básico	1.581.101.833	10.499.058	3.387.697	264.701.447	1.852.914.641
Equipamento de transporte	28.123.636	192.313	261.736	-596.602	27.457.611
Ferramentas e utensílios	4.629.814	43.271	1.352	-190.315	4.481.418
Equipamento administrativo	53.977.281	1.321.170	118.173	26.942.195	82.122.473
Taras e Vasilhame	14.916				14.916
Outras imobilizações corpóreas	26.690.289	90.070	35.726	1.519.297	28.263.930
b) Imobilizações em curso	442.591.1795	44.619.595	1.978.231	-430.793.776	54.439.383
Adiant. p/conta de imobilizações corpóreas	16.940.440	579.971	375.820	-13.584.330	3.560.261
	2.653.365.152	64.260.356	6.232.477	-79.442.646	2.631.950.385
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas associadas	65.414.423	392.383		632.938	66.439.744
Empréstimos a empresas associadas	21.166.762	113.533	3.039.094	-594.212	17.646.989
Partes de capital em outras empresas participadas	104.633				104.633
Titulos e outras aplicações financeiras	375.941	114.917	182.939	2.500	310.419
Outros empréstimos concedidos	4.904.500	99		-4.576.062	328.537
Adiant. P/conta investimentos financeiros	1.089.854		38.554	-47.064	1.004.236
	93.056.113	620.932	3.260.587	-4.581.900	85.834.558

- (a) Inclui actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de -79.024.698 euros;
- (a') Inclui 16.318.824 euros referentes ao saldo inicial das sociedades que foram incluídas na consolidação durante o período;
- (b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Imobilizações em curso referem-se aos seguintes projectos:

	Euros
Construção de nova fábrica em Linares	20.709.386
Instalação de nova linha de MDF em Le Creusot	6.902.961
Instalação de nova fábrica da Portucel Recicla	4.066.316

Amortizações e provisões				Euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço (a')	Regularizações (a)	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	26.387.252	7.170.752	-2.365.513	31.192.491
Despesas de investigação e desenvolvimento	8.124.070	659.465	-36.818	8.746.717
Propriedade industrial e outros direitos	5.018.199	424.533	77.683	5.520.415
	39.529.521	8.254.750	-2.324.648	45.459.623
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recurso naturais	2.198.185	105.502	-263.987	2.039.700
Edifícios e outras construções	126.838.253	6.291.586	-2.006.765	131.123.074
Equipamento básico	777.435.143	51.193.865	-11.162.035	817.466.973
Equipamento de transporte	23.703.870	1.324.198	-1.224.879	23.803.189
Ferramentas e utensílios	3.227.749	296.396	-320.963	3.203.182
Equipamento administrativo	37.384.952	3.396.096	-457.738	40.323.310
Taras e Vasilhames	8.116	1.438		9.554
Outras imobilizações corpóreas	21.253.408	1.601.905	-400.251	22.455.062
	992.049.676	64.210.986	-15.836.618	1.040.424.044
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	45.285.877	710.329		45.996.206
Empréstimos a empresas associadas	14.969.231			14.969.231
Titulos e outras aplicações financeiras	64.163			64.163
	60.319.271	710.329	0	61.029.600

(a) Inclui actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de -10.281.639 euros;
 (a') Inclui 1.773.176 euros referentes ao saldo inicial das sociedades que foram incluídas no perímetro de consolidação durante o período.

NOTA 28. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO PERÍODO

O valor de custos financeiros suportados no período e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações durante a construção, capitalizados, foi de 605.402 euros.

NOTA 33. DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vencem para além de cinco anos é 14.860.528 euros.

NOTA 34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A 30 de Junho de 2002, era o seguinte o montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado cobertas por garantias reais prestadas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação:

	Euros
Hipotecas	68.745.160
Penhores	2.992.788

NOTA 36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A repartição do valor consolidado das vendas e das prestações de serviços por mercados geográficos é a seguinte:

Por mercado:	Euros
Mercado Interno	90.117.691
Mercado Externo	678.204.370
Total	768.322.061

NOTA 38. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o detalhe dos impostos diferidos activos e passivos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	Euros		Euros	
	<u>Activos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>Activos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>
	30.06.2002	30.06.2001	30.06.2002	30.06.2001
Reavaliação de imobilizado corpóreo depreciável				
Reavaliação de terrenos				
Mais-valias reinvestidas				
Prejuízos fiscais reportáveis	65.425.639	38.177.462		
Provisões não aceites para efeitos fiscais				
Amortizações não aceites para efeitos fiscais				
Resultados pela aplicação do MEP				
Homogeneização de critérios	29.176.462	20.928.055		
Outros	190.136	70.996	2.806.833	2.563.267
	<u>65.615.775</u>	<u>38.248.458</u>	<u>31.983.295</u>	<u>23.491.322</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos períodos findos em 30 de Junho de 2002 e 2001 foi como segue:

	Euros		Euros	
	<u>Activos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>Activos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>
	30.06.2002	30.06.2001	30.06.2002	30.06.2001
Saldo inicial	63.625.567	23.827.260	27.480.583	20.068.870
Efeito em resultado:				
Amortização do período de reavaliações livres de imobilizado corpóreo depreciável				
Amortização do período de mais-valias reinvestidas	2.500.109	14.350.202		
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis				
Anulação de provisões tributadas em exercícios anteriores	-201.412			
Efeito de alteração de taxa de imposto				
Homogeneização de critérios			5.314.863	2.383.222
Outros	533.682		167.186	
Sub-total	<u>2.832.379</u>	<u>14.350.202</u>	<u>5.482.049</u>	<u>2.383.222</u>
Efeito em reservas:				
Actualização do efeito de correcção monetária nas reservas de reavaliação de terrenos				
Outros	-842.171	70.996	-979.337	1.039.230
Saldo final	<u>65.615.775</u>	<u>38.248.458</u>	<u>31.983.295</u>	<u>23.491.322</u>

Foram registados no período passivos por impostos diferidos no valor de 5.482.049 euros relevados na rubrica própria da demonstração consolidada de resultados e na rubrica de acréscimo de custos do balanço consolidado.

No período foram reconhecidos 4.084.722 euros e revertidos 1.050.931 euros de activos por impostos diferidos relevados na rubrica de imposto diferido da demonstração consolidada de resultados e na rubrica de acréscimos de proveitos do balanço consolidado.

Estão em aberto obrigações fiscais de reinvestimento em algumas filiais, decorrentes da alienação de participações financeiras realizadas em exercícios anteriores. Conforme política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração que essas filiais cumpram com estas obrigações de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor, facto pelo qual os ganhos gerados em exercícios anteriores na alienação daquelas participações (incluindo os resultantes de alienações a empresas do grupo, registadas nas contas individuais e anuladas no processo de consolidação), não foram incluídos no cálculo das estimativas de imposto sobre lucros dos exercícios de 2000 e 2001 e 1º semestre de 2002.

NOTA 41. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Imobilizado corpóreo detido pelas várias empresas com sede em Portugal incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos de acordo com as seguintes disposições legais: decretos-lei nºs 430/78, de 27 de Dezembro, 219/82, de 2 de Junho, 278/85, de 17 de Julho, 118/86, de 27 de Maio, 111/88, de 2 de Abril, 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro. Exceptuam-se os casos dos activos adquiridos recentemente a preço de mercado.

NOTA 42. REAVALIAÇÕES

O efeito global das reavaliações efectuadas no activo imobilizado pode ser demonstrado como segue:

Rúbricas	Custo	Euros	
	Histórico (a)	Reavaliações (a)(b)	Contabilísticos Reavalidados (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	64.015.975	3.622.079	67.638.054
Edifícios e outras construções	369.699.166	8.195.758	377.894.924
Equipamento básico	1.028.180.365	7.267.303	1.035.447.668
Equipamento de transporte	3.340.296	314.126	3.654.422
Ferramentas e utensílios	1.276.290	1.946	1.278.236
Equipamento administrativo	41.806.076	-6.913	41.799.163
Taras e Vasilhames	5.362		5.362
Outras imobilizações corpóreas	5.663.513	145.355	5.808.868
	1.513.987.043	19.539.654	1.533.526.697

(a) Líquidos de amortizações;
 (b) Englobam as sucessivas reavaliações.

NOTA 43. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: QUANTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As alterações no perímetro de consolidação indicadas na nota 14 afectam a comparabilidade, embora não de forma materialmente relevante, do balanço consolidado e da demonstração consolidada dos resultados do 1º semestre de 2002 relativamente ao período homólogo do ano anterior.

NOTA 44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Euros	
Custos e perdas	02.06.30	01.06.30
Juros suportados	37.746.142	37.000.294
Amortização de investimento em imóveis		51.308
Provisões para aplicações financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	11.440.691	3.310.072
Descontos de pronto pagamento concedidos	4.206.185	3.720.504
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		5.986
Outros custos e perdas financeiras	2.766.146	1.956.940
Resultados financeiros	<u>-48.527.089</u>	<u>-36.196.193</u>
	7.632.075	9.848.911
Proveitos e ganhos	02.06.30	01.06.30
Juros obtidos	2.001.809	2.226.724
Rendimentos de imóveis		
Rendimentos de participações de capital	168	172.633
Diferenças de câmbio favoráveis	4.594.323	6.153.690
Descontos de pronto pagamento obtidos	639.202	760.079
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	6.616	42.326
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>389.957</u>	<u>493.459</u>
	7.632.075	9.848.911

NOTA 45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Euros	
Custos e perdas	02.06.30	01.06.30
Donativos	124.648	14.279
Dívidas incobráveis	311.615	152.279
Perdas em existências	98.565	1.572.867
Perdas em imobilizações	433.294	757.494
Multas e penalidades	149.922	19.134
Aumentos de amortizações e provisões	1.459.744	10.941.785
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.477.333	506.512
a) Outros custos e perdas extraordinárias	20.103.991	14.085.931
Resultados extraordinários	<u>13.319.457</u>	<u>-6.453.928</u>
	38.478.569	21.596.353
Proveitos e ganhos	02.06.30	01.06.30
Restituição de impostos		1.626
Recuperação de dívidas	257.707	7.800
Ganhos em existências	74.059	629.879
Ganhos em imobilizações	5.370.348	4.818.056
Benefícios de penalidades contratuais		
b) Reduções de amortizações e provisões	12.309.555	6.813.944
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.168.250	1.242.297
c) Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>18.298.650</u>	<u>8.082.751</u>
	38.478.569	21.596.353

(a) Os principais valores incluídos na rubrica de Outros custos e perdas extraordinários são: 4.716.505 euros de diferenças de câmbio, 4.078.855 euros de indemnizações por rescisão de contratos na Portucel Recicla e 3.829.879 euros de custos de encerramento de segmentos produtivos.

b) Inclui 3.829.879 euros referentes à utilização da provisão para encerramento de segmentos produtivos.

c) Os principais valores incluídos na rubrica de Outros proveitos e ganhos extraordinários são: 4.078.855 de proveitos referentes ao reconhecimento do subsídio atribuído pela E.D.I.A. à Portucel Recicla, 5.334.069 euros de proveitos reconhecidos

na sequência da renegociação de incentivos ao investimento e 4.414.113 euros de subsídios ao investimento reconhecidos no período.

NOTA 46. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO PÉRÍODO

As provisões acumuladas a 30 de Junho de 2002 e o seu movimento durante o período terminado nesta data, são as seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento (a)	Redução	Euros Saldo Final
Provisões p/ aplicações de tesouraria	9.516	89.366		98.882
Provisões para cobranças duvidosas	17.891.623	2.865.219	1.481.789	19.275.053
Provisões para riscos e encargos	75.547.444	1.682.961	8.142.638	69.087.767
Provisões para depreciação de existências	11.204.907	4.739.089	6.880.617	9.063.379
Provisões para investimentos financeiros	60.319.271	710.329		61.029.600
	<u>164.972.761</u>	<u>10.086.964</u>	<u>16.505.044</u>	<u>158.554.681</u>

NOTA 47. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E RESPECTIVOS VALORES CONSOLIDADOS

	Euros
Terrenos	3.085.243
Edifícios e outras construções	14.925.400
Equipamento básico	23.111.290
Equipamento de transporte	227.976
Equipamento administrativo	2.209.108
Outras imobilizações corpóreas	<u>796.546</u>
	<u>44.355.563</u>

NOTA 50. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

a) Acréscimos de Proveitos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Activos por impostos diferidos	65.615.775

b) Acréscimos de Custos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Remunerações a liquidar	23.104.036
Descontos de quantidade	12.557.638
Juros a liquidar	18.260.529
Impostos diferidos passivos	31.983.295

c) Proveitos Diferidos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Subsidios ao investimento	64.983.612

2) OUTROS DEVEDORES – CURTO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Contas correntes de "factoring"	12.667.525
Adiantamento ao município de Nettgau	9.440.777
Alienação das instalações de Hamm	6.533.000
EDIA	7.981.714

3) OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Contas correntes de "factoring"	59.746.685

4) OUTROS CREDORES – MÉDIO E LONGO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Aserradora de Cuellar	50.051.855

5) EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

- a) SONAE INDÚSTRIA 98 no valor de 21.029.170 euros, que será reembolsado de uma só vez em Março de 2003. A taxa de juro corresponde à Lisboa com um “spread” negativo de 5 pontos percentuais até ao 6º cupão, e positivo de 0,45 pontos percentuais a partir do 7º cupão, a taxa de juro não poderá ser, no entanto, inferior a 0%; Este financiamento inclui um direito de subscrição (Warrant) de 4 acções da Sonae Indústria, ao preço de 9,6 euros por acção, a exercer nos meses de Maio e Novembro de cada ano após a data de vencimento do primeiro cupão e até à data de vencimento do sexto cupão.
Durante o primeiro semestre de 2002 verificou-se o vencimento do 8º cupão.
- b) Tafisa 98 no valor de 30.052.573 euros (6.025.000 milhares de escudos), que será reembolsado na sua totalidade em 2004. A taxa de juro corresponde à Mibor acrescida de 0,75%.

Não obstante os empréstimos obrigacionistas no valor de 51.081.743 euros incluídos em médio e longo prazo conterem cláusulas de "call option", optou-se por manter nas contas os vencimentos na data mais longínqua no pressuposto de que, ocorrendo qualquer das opções de reembolso antecipado, se poderá proceder ao seu refinanciamento, mantendo-se, assim, a estrutura dos capitais permanentes.

6) PENSÕES DE REFORMA

No âmbito da política salarial praticada por várias subsidiárias da Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A., foram constituídos em exercícios anteriores planos de benefícios de reforma nos seguintes termos:

- a) Glunz AG: dispõe de um plano de benefícios definidos, sem fundo constituido, calculado de acordo com a norma internacional nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Encontra-se coberto pelo valor da provisão para pensões da sociedade, que no final do primeiro semestre de 2002 atingiu o valor de 22.504.927 euros;
- b) Subsidiárias da Gescartão, S. G. P. S., S. A.: dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituido gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a directriz contabilística nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Durante o período foi registado um proveito líquido no montante de 70.629 euros, que se encontra relevado nas rubricas de acréscimo de custos (661.062 euros) e custos diferidos (731.691 euros);
- c) Subsidiárias da Sonae Indústria S.G.P.S., S. A.: dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituido gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a directriz contabilística nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de quatro sociedades contratados até 31 de Dezembro de 1994, que receberão 24 meses do seu salário actual no momento da sua reforma. A 30 de Junho de 2002 não se procedeu ao cálculo do valor actuarial das responsabilidades nem do valor do fundo de pensões. No entanto, o conjunto de sociedades abrangidas dispõem de uma provisão no montante de 643.798 euros que se estima ser suficiente para cobrir a diferença entre o valor actuarial das responsabilidades assumidas e o valor do fundo.

7) DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO - MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 1999 foi contratado por um conjunto de subsidiárias da Sonae Indústria um empréstimo sindicado em regime de "revolving" no valor de até 400 milhões de euros, cujo montante disponível será reduzido para 300 milhões de euros em 20/12/2002, 100 milhões em 20/12/2004, vencendo-se na totalidade em 20/12/2006. O reembolso antecipado do empréstimo poderá ser exigido na sequência do exercício da opção de venda detida pelas instituições bancárias participantes, após decorrido um "remedy period" de 15 dias a contar da data de reporte das contas anuais e semestrais, em caso de incumprimento pelo Grupo Sonae Indústria dos seguintes rácios: Dívida remunerada líquida sobre Capital próprio de no máximo 1,5 e Dívida remunerada líquida sobre Cash flow operacional (EBITDA) de no máximo 4,5 em Dezembro de 1999 e de no máximo 4 daí em diante.

A taxa de juro corresponde à Euribor a 3 ou 6 meses, por opção das empresas, acrescida de uma margem que varia entre 0,6% e 1,375% em função da performance económica do Grupo Sonae Indústria medida pelos rácios Dívida Remunerada Líquida sobre Capital Próprio e Dívida Remunerada Líquida sobre Cash Flow Operacional (EBITDA).

8) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência de negociações havidas entre a sociedade e o sindicato bancário responsável pelo empréstimo sindicado referido no ponto anterior, encontra-se formalizado um novo acordo que inclui a revisão dos rácios para os seguintes valores: Dívida remunerada líquida sobre Capital próprio de no máximo 1,4 e Dívida remunerada líquida sobre Cash flow operacional (EBITDA) de no máximo 5,75 em Junho de 2002, 5 em Dezembro de 2002, 4,5 em Dezembro de 2003 e 4 daí em diante.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR

REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

(Montantes expressos em Euro - €)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. e suas filiais (“Grupo Sonae Indústria”), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de €2.445.995.312 e um total de capital próprio de € 296.073.839, incluindo um resultado consolidado líquido negativo de €38.107.710) e na Demonstração consolidada dos resultados do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas filiais .

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Ambito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditória emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Reserva

8. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo Sonae Indústria adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo Sonae Indústria decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério agora adoptado não está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, e caso o Grupo Sonae Indústria tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000, o activo e os capitais próprios em 30 de Junho de 2002 seriam superiores em €72.696.065 e o prejuízo consolidado líquido do período findo nessa data seria superior em €2.780.920, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002.

Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

10. O Grupo Sonae Indústria registou activos por impostos diferidos (Notas 38 e 50) relacionados com prejuízos fiscais reportáveis gerados por algumas das suas filiais, sediadas essencialmente em França, no montante de aproximadamente €55.861.000 (dos quais €1.943.000 foram registados no período findo em 30 Junho 2002 relativamente a prejuízos fiscais gerados em outras filiais sediadas no estrangeiro). A utilização futura destes prejuízos fiscais, e consequentemente a realização dos activos por impostos diferidos respectivos, é incerta face à reestruturação em curso em algumas destas filiais e dependerá de estas virem a obter lucros suficientes e da manutenção das actuais condições para o reporte de prejuízos fiscais.
11. Conforme referido na Nota 38 do Anexo, algumas filiais efectuaram em exercícios anteriores alienações de participações financeiras, tendo registado nas suas contas individuais ganhos (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) que, na parte respeitante às alienações a outras empresas do Grupo Sonae Indústria foram anulados no processo de consolidação de contas. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção dos Conselhos de Administração dessas filiais cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 6 de Setembro de 2002

SONAE INDÚSTRIA SGPS SA
Relatório do Conselho de Administração
1º Semestre de 2002
Sociedade Aberta

Lugar do Espido, Via Norte, Maia
Matriculada na C. R. C. da Maia sob o nº. 1067
Capital Social: EUR 500.000.000
Pessoa Colectiva nº. 500 204 128

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade vimos apresentar a V. Ex.as o Relatório e Contas referentes ao primeiro semestre de 2002.

O relatório e as demonstrações financeiras que aqui apresentamos referem-se exclusivamente à actividade individual da sociedade, sendo os aspectos relativos à actividade das participadas tratados em relatório próprio.

I - ACTIVIDADES DA SOCIEDADE GESTORA

A sociedade gestora, para além da gestão do seu portfólio de participações e definição das grandes linhas de orientação estratégica e acompanhamento da evolução do negócio das suas participadas, centrou a sua actividade na gestão da componente de financiamento das mesmas, nomeadamente de suporte ao processo de consolidação financeira e cobertura de necessidades de tesouraria pontuais.

No contexto global das operações financeiras realizadas durante o período em referência, destacam-se as seguintes:

a) Empréstimo Sindicado

No decorrer do primeiro semestre de 2002, a Sonae Indústria SGPS SA renegociou com sucesso junto do sindicato bancário a realização um *waiver* ao cumprimento dos *covenants* do empréstimo sindicado, rácios financeiros que a Sonae Indústria SGPS SA tem de cumprir em termos de contas consolidadas, tendo sido acordados novos valores para os *covenants*. Ainda no âmbito do empréstimo sindicado, procedeu-se à liquidação de juros no montante de EUR 4.763.307.

b) Empréstimos Obrigacionistas

No primeiro semestre de 2002, venceu-se o 8º cupão do empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 98 no montante de EUR 493.733.

c) Empresas Participadas

Na sequência da aquisição em bolsa de diversos lotes de acções da sociedade Tableros de Fibras, SA – TAFISA, a Tafisa aumentou o número de acções próprias detidas para 1.129.841, correspondendo a 3,66% do total de acções emitidas. A 31 de Dezembro de 2001, a percentagem de acções próprias detidas pela Tafisa era de 3,54%.

Durante o primeiro trimestre de 2002, a Tafisa adquiriu em bolsa diversos lotes de acções da sociedade Glunz AG, sendo que o n.º total de acções detidas no final de Março era de 4.037.642, correspondentes a 98,12% do total das acções emitidas pela Glunz (4.115.000). Assim, a percentagem de acções da Glunz AG detidas pela Tafisa elevou-se de 98,0% a 31 de Dezembro de 2001 para 98,12% a 30 de Junho de 2002.

Em Fevereiro de 2002 ocorreu um aumento de capital da participada Tafisa Canadá (no valor de CAD 33.000.000) totalmente subscrito e realizado pela Euromegantic. Após o aumento de capital, a Euromegantic (sociedade controlada pela Sonae Indústria SGPS SA) passou a deter 67.23% da Tafisa Canadá. Antes do aumento de capital, a participação da Euromegantic na Tafisa Canadá era de 60.36%.

No primeiro trimestre de 2002, a Sonae Industria Brasil, Ltda. constituiu, em conjunto com a Sonae Investimentos América Latina, Ltda., uma sociedade brasileira denominada “Poliface Brasil, Ltda.”, com o capital social de 10.000 reais. A Sonae Industria Brasil detém 99.99% do capital desta nova empresa.

Ainda no primeiro trimestre de 2002, as participadas Resoflex Ltda. 1 (Braga) e 2 (São João a Madeira) viram o seu capital social ser redenominado em EUR para EUR 573.617,58 e EUR 24.939,90, respectivamente, tendo sido posteriormente liquidada a 30 de Junho de 2002 a participada Resoflex Ltda. 2.

A 8 de Maio de 2002, a participada Portucel Viana alienou 98% da Portucel Viana Energia à sociedade Sonae Capital (Sociedade Térmica Portuguesa: TP).

No decorrer do primeiro semestre de 2002, a participada IMOCAPITAL liquidou junto da Portucel os 30% remanescentes da compra de participação maioritária na Gescartão, no montante de EUR 14.714.966.

Adicionalmente, procedeu-se à liquidação da AGEPAN, sociedade então participada a 100% pela Glunz AG, e que se encontrava sem qualquer actividade operacional.

Por conversão de suprimentos, no decorrer do primeiro semestre de 2002 deu-se um aumento do capital social das seguintes participadas:

- Tafisa France, de EUR 14.974.153 para EUR 49.112.000, com aumento de participação da Tafisa na Tafisa France para 99,99%;
- Société de Panneaux Isoroy SAS, de EUR 56.348.968 para EUR 76.512.375, com aumento de participação da Isoroy SAS para 96,47%;
- Isoroy SAS, de EUR 44.987.500 para EUR 101.480.000, com aumento de participação da Tafisa France para 99,94%;
- Isoroy Le Creusot SAS, de EUR 4.260.951 para EUR 15.428.400, mantendo-se a participação da Isoroy SAS em 99,99%.

II - ACÇÕES PRÓPRIAS

No decorrer no primeiro semestre de 2002 a Sociedade não adquiriu ou alienou acções próprias. A 30 de Junho de 2002 a empresa não detinha quaisquer acções próprias.

III - RECOMENDAÇÕES SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES

Não houve qualquer alteração aos procedimentos e metodologias normalmente adoptadas pela Sociedade no respectivo governo.

IV - RESULTADOS

O resultado líquido do primeiro semestre de 2002 ascendeu a EUR 5.222.515, decorrentes fundamentalmente da actividade normal de financiamento da sociedade gestora às suas participadas. Os resultados antes de impostos foram de EUR 7.008.076 e total da estimativa de imposto sobre o rendimento do período ascendeu a EUR 1.785.561.

Maia, 25 de Julho de 2002

O Conselho de Administração

INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento do disposto no nº. 1 da alínea b) do artº. 7 do Regulamento nº. 11/2000 da CMVM, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº. 24/2000 da CMVM, declaramos ter recebido a seguinte informação:

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 30.06.2002 Quantidade	
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					49.999.997	
Imparfin, SGPS, SA (3)					112.500	
Sonae, SGPS, SA					14.901	
Sonae.com, SGPS, SA					60.430	
José Fernando Maia de Araujo Silva						
Sonae.com, SGPS, SA					4.500	
José Antonio Comesaña Portela						
Sonae.com, SGPS, SA					29.900	
Tableros de fibras, S. A.					1.216	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1	
Imparfin, SGPS, SA (3)					112.500	
Sonae, SGPS, SA					277.486	
Modelo Continente, SGPS, SA					598.558	
Desinvestimento	09.05.02		31.667	1,85		
Sonae.com, SGPS, SA					211.900	
Sonae Indústria, SGPS, SA					2.013.647	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA					4.564	
Sonae.com, SGPS, SA					59.800	
Modelo Continente, SGPS, SA						
Desinvestimento	30.06.02		1.995.191	0,0099		
Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar						
Sonae, SGPS, SA					10.620	
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo						
Sonae, SGPS, SA					808.086	
Desinvestimento	24.05.02		37.000	0,80		
Sonae.com, SGPS, SA					29.900	

Notas:

(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 30.06.2002 Quantidade
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae, SGPS, SA						948.101.424
Pareuro, BV (2)						20.000
(2) Pareuro, BV						108.820.695
Sonae, SGPS, SA						
(3) Imparfin, SGPS, SA						5.193.798
Sonae, SGPS, SA						



PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em cumprimento do disposto no nº. 1 da alínea d) do artº 7 do Regulamento nº 11/2000 da CMVM, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 24/2000, indicamos os titulares de participações qualificadas a 30 de Junho de 2002:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Sonae, SGPS, S.A.	94.621.851	94,62%
Total imputável	<hr/> <hr/> 94.621.851	<hr/> <hr/> 94,62%

Sonae Indústria - SGPS, SA

Balanço em 30 de Junho de 2002

Activo	Euros				
	02.06.30	01.06.30	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação.....	6.720.787	5.699.349	90.928	71.434	1.021.438
Despesas investigação e desenvolvimento.....					19.494
Propriedade industrial e outros direitos.....					1.895.220
Trespasses.....					39.886
Imobilizações em curso.....					
Adiantam. por conta de imobilizações incorpóreas.....	6.811.715	5.770.783			1.040.932
					1.935.106
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....					
Edifícios e outras construções.....					
Equipamento básico.....					
Equipamento de transporte.....					
Ferramentas e utensílios.....					
Equipamento administrativo.....	111.953	93.291			18.662
Taras e vasilhame.....					27.514
Outras imobilizações corpóreas.....					
Imobilizações em curso.....					
Adiantam. p/ conta de imobilizações corpóreas.....	111.953	93.291			18.662
					27.514
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo.....	405.211.409	405.211.409	361.176.011	361.176.011	405.164.023
Empréstimos a empresas do grupo.....					315.793.578
Partes de capital em empresas associadas.....					
Empréstimos a empresas associadas.....	17.922	17.922			17.922
Títulos e outras aplicações financeiras.....					
Outros empréstimos concedidos.....					
Imobilizações em curso.....					
Adiant. p/ conta investimentos financeiros.....	766.405.342	766.405.342			720.975.523
CIRCULANTE					
Existências:					
Matérias primas, subsidiárias e de consumo.....					
Produtos e trabalhos em curso.....					
Subprodutos desperd./resíduos e refugos.....					
Produtos acabados e intermédios.....					
Mercadorias.....					
Adiantamentos p/ conta de compras.....					
Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes c/c.....					
Clientes - Títulos a receber.....					
Adiantam. a fornecedores.....					
Estado e outros entes públicos.....					
Outros devedores.....	4.843.688	4.843.688			7.529
Dividas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes/c/c.....					
Clientes - Títulos a receber.....					
Clientes de cobrança duvidosa.....					
Empresas do grupo.....	201.435.663	201.435.663			176.982.331
Empresas participadas e participantes.....					
Outros accionistas.....					
Adiantam. a fornecedores.....					
Adiantam. a fornecedores de imobilizado.....					
Estado e outros entes públicos.....	893.736	893.736	5.599.248	5.599.248	254.170
Outros devedores.....					10.623.258
Subscritores de capital.....	207.928.647	207.928.647			187.859.759
Titulos negociáveis:					
Obrigações em empresas associadas.....					
Outros títulos negociáveis.....	15.070.961	15.070.961			18.013.032
Outras aplicações de tesouraria.....	15.070.961	15.070.961			18.013.032
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários.....	51.991	51.991	421	421	219.551.965
Caixa.....	52.412	52.412			8.039
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos.....	15.804.379	15.804.379	177.666	177.666	15.290.403
Custos diferidos.....	15.982.045	15.982.045			
			5.864.074		
Total do amortizações					
Total de provisões					
Total do activo	1.017.206.763	1.011.342.689			1.163.668.870

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Sonae Indústria - SGPS, SA
Balanço em 30 de Junho de 2002

Capital Próprio e Passivo	02.06.30	01.06.30	Euros
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital.....	500.000.000	500.000.000	
Acções próprias - valor nominal.....			
Acções próprias - descontos e prémios.....			
Acções próprias - acções remivéis.....			
Prestações suplementares.....			
Prémios de emissão de acções.....	135.339.049	135.339.049	
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....		1.947.030	
Reservas de reavaliação.....			
Reservas:			
Reservas legais.....	3.297.117	2.658.585	
Reservas estatutárias.....			
Reservas contratuais.....	50.818.832	38.686.755	
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....	1.947.030		
Resultado líquido do período	691.402.028	678.631.419	
	5.222.515	-1.954.972	
Total dos capitais próprios	696.624.543	676.676.447	
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para pensões.....			
Provisões para impostos.....			
Outras provisões para riscos e encargos.....	2.035.000		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis.....			
Não convertíveis.....	21.029.170	21.028.756	
Dívidas a instituições de crédito.....			
Adiantamentos por conta de vendas.....			
Fornecedores c/c.....			
Fornecedores - Títulos a pagar.....			
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....			
Empresas do grupo.....	225.185.723	396.544.328	
Empresas participadas e participantes.....			
Outros accionistas (socíos).....			
Adiantamentos de clientes.....			
Outros empréstimos obtidos.....			
Fornecedores de imobilizado c/c.....			
Estado e outros entes públicos.....			
Outros credores.....	2.127.544	1.343.363	
Subscritores de capital MLP.....			
	248.342.437	418.916.447	
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis.....			
Não convertíveis.....			
Dívidas a instituições de crédito.....	5.006.196	42.648	
Adiantamentos por conta de vendas.....			
Fornecedores c/c.....	5.066	1.561.769	
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....			
Fornecedores - Títulos a pagar.....			
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....			
Empresas do grupo.....	49.087.008	35.781.106	
Empresas participadas e participantes.....			
Outros accionistas (socíos).....			
Adiantamentos de clientes.....			
Outros empréstimos obtidos.....			
Fornecedores de imobilizado c/c.....			
Estado e outros entes públicos.....	1.788.993	32.404	
Outros credores.....	908.508	16.031.324	
	56.795.771	53.449.251	
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos.....	7.537.534	14.598.839	
Proveitos diferidos.....	7.404	27.886	
	7.544.938	14.626.725	
Total do passivo	314.718.146	486.992.423	
Total do capital próprio e do passivo	1.011.342.689	1.163.668.870	

Sonae Indústria - SGPS, SA
Demonstração dos Resultados do 1º Semestre de 2002
Euros

	02.06.30	01.06.30	
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias.....			
Matérias-Primas.....			
Fornecimentos e serviços externos	469.321		1.366.691
Custos com o pessoal:			
Remunerações.....			
Encargos sociais:			
Pensões.....			
Outros.....			
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	599.193	577.541	577.541
Provisões.....	599.193		
Impostos.....	12.750	97.825	
Outros custos operacionais.....	1.562	2.126	99.951
(A)			
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....	1.082.826		2.044.183
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo.....	7.232.144	13.034.094	
Outros.....	923.767	1.892.095	14.926.189
(C)			
Perdas relativas a empresas associadas.....	9.238.737		16.970.372
Custos e perdas extraordinárias	3.487		
(E)			
Imposto sobre o rendimento do período.....	9.242.224		16.970.372
1.785.561			
(G)			
Resultado líquido do período.....	11.027.785		16.970.372
5.222.515			-1.954.972
16.250.300			15.015.400
Proveitos e ganhos			
Vendas:			
Mercadorias.....			
Produtos.....			
Prestação de serviços	1.451.609		1.451.609
Variação da produção.....			
Trabalhos para a própria empresa.....			
Proveitos suplementares	8.635		
Subsídios à exploração.....			
Outros proveitos e ganhos operacionais	8.635		
(B)			
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas do grupo.....	16.321		1.460.244
Relativos a outras empresas.....			
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Relativos a empresas do grupo.....	514.105	775.436	
Outros.....			
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo.....	14.845.741	12.412.017	
Outros.....	441	347.826	13.535.279
(D)			
Ganhos relativos a empresas associadas.....	15.376.608		14.995.523
Proveitos e ganhos extraordinários	873.692		19.877
(F)			
16.250.300			15.015.400
Resumo:			
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-1.066.505	-583.939
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		7.204.376	-1.390.910
Resultados correntes: (D) - (C) =		6.137.871	-1.974.849
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		7.008.076	-1.954.972
Resultado líquido do período: (F) - (G) =		5.222.515	-1.954.972

SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

A informação constante deste anexo segue a estrutura e numeração propostas pelo Plano Oficial de Contabilidade, sendo apenas apresentadas as notas cuja informação é relevante para a leitura das demonstrações financeiras da Sonae Indústria, SGPS, SA.

1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

No sentido de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada, as disposições do POC derrogadas, assim como os seus efeitos, foram os seguintes:

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto pela Directriz Contabilística nº 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas contas individuais continuaria a não traduzir uma imagem apropriada da composição do património e actividades desenvolvidas pelo conjunto da Sociedade com as suas filiais. Adicionalmente, a aplicação deste método, quando a Sociedade apresenta demonstrações financeiras consolidadas, não é obrigatório no normativo internacional.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, e foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Activo imobilizado incorpóreo

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

b) Activo imobilizado corpóreo

O imobilizado é registado ao custo de aquisição, sendo as amortizações calculadas segundo o método das quotas constantes, com aplicação das taxas mínimas da portaria nº. 737/81 e do decreto regulamentar nº. 2/90.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas permanentes de valor estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 34).

Na venda de participações financeiras é respeitado o critério de relevação por lotes.

d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são registados ao mais baixo do custo de aquisição, incluindo os gastos adicionais de compra mas excluindo eventuais parcelas de rendimentos correspondentes ao tempo decorrido, ou valor de mercado.

e) Dívidas de e a Terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

À data do balanço as dívidas resultantes dessas operações (excepto as incluídas nas rubricas de investimentos financeiros), em relação às quais não exista fixação de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data, sendo as respectivas diferenças de câmbio, se negativas e/ou positivas de curto prazo, reconhecidas como resultados do exercício e, se positivas de médio e longo prazo, diferidas. Caso existam expectativas razoáveis de que o ganho é reversível, o mesmo é transferido para resultados no exercício em que se realizam os pagamentos ou recebimentos, totais ou parciais, das dívidas com que estão relacionadas e pela parte correspondente a cada pagamento ou recebimento.

f) Especialização de exercícios

A sociedade regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

g) Impostos

A estimativa de impostos sobre o rendimento para o 1º semestre de 2002 é determinada com base no resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação fiscal. Não foram registados nas demonstrações financeiras impostos diferidos, por não existirem diferenças temporárias materialmente relevantes entre o reconhecimento de custos e proveitos para fins contabilísticos e tributários.

4. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes em 30 de Junho de 2002. As taxas de câmbio utilizadas para conversão são as seguintes:

02.06.30

USD	0,99749
-----	---------

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA SOCIEDADE

Durante o 1º semestre de 2002 não existiram pessoas com vínculo laboral à Sociedade.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os movimentos mais significativos ocorridos no período nas contas de Despesas de instalação:

Projecto	Euros
Despesas de Instalação	-584.546
	-584.546

A diminuição da rubrica de Despesas de instalação diz respeito ao valor devolvido pelo Estado português, na sequência de decisão judicial, que havia sido pago em exercícios anteriores a título de imposto de selo liquidado sobre diversas escrituras de aumento de capital realizadas pela sociedade.

10. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o período, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto	Saldo	Transferências	Saldo	
Rubricas	Inicial	e Abates	Final	
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	7.305.333	-584.546	6.720.787	
Despesas Investigacao e Desenvolvimento	90.928	0	90.928	
	7.396.261	-584.546	6.811.715	
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	111.953		111.953	
	111.953		111.953	
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	402.921.088	2.290.321	405.211.409	
Empréstimos a empresas do grupo	351.030.538	15.851.532	361.176.011	
Titulos e outras aplicações financeiras	17.922	5.296.817	17.922	
	753.969.548	18.141.853	-409.242	
		5.296.818	766.405.342	

Amortizações e Provisões					Euros
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	5.704.220	579.675		-584.546	5.699.349
Despesas Investigacao e Desenvolvimento	56.281	15.153			71.434
	<u>5.760.501</u>	<u>594.828</u>		<u>-584.546</u>	<u>5.770.783</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo	88.925	4.366	0		93.291
	<u>88.925</u>	<u>4.366</u>	<u>0</u>		<u>93.291</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo					

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

As imobilizações corpóreas estão afectas à actividade da sociedade.

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas:

Firma	% de Participação	Capitais Próprios	Resultados	Euros
		do 1º semestre de 2002		
Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A.	100	30.650	-97.478	
Indústrias Florestais de Manica - Ifloma, S.A.R.L.	80	653.771	-1.260.776	a), b)
Imocapital, SGPS, S. A.	49,96	21.615	-15.493	
Maichave - Acessórios de Casa, S. A.	100	-30.031	-80.031	
Maiequipa, Equipamentos, S. A.	100	642.568	-123.546	
Movelpartes - Comp. Para Ind. de Mobil. , S. A.	100	4.541.717	3.009	
NAB - Sociedade Imobiliária, Lda	100	96.208	139.862	
Imoplamac - Gestão de Imóveis, S. A.	100	634.289	-6.710	b)
Poliface - Comp. Sist. pº Mobil. e Constr., S. A.	33,37	4.614.464	-334.242	
Poliface North America, Inc	51,28	-1.345.564	-571.530	a), b)
Resoflex - Mobil. e Equipam. de Gestão, S. A.	100	1.540.793	-302.390	
R. G. R. - Reciclagem e Gestão de Resíduos, S. A.	100	162.501	112.501	
SIR - Sonae Indústria de Revestimentos, S. A.	94,06	24.096.894	-706.193	
Socelpac, SGPS, S. A.	100	34.267	-4.672	
Sonae Indústria Brasil, Lda	100	244.609	1.443	b)
Sonae Indústria - Consultadoria e Gestão, S. A.	100	14.488	-33.414	
Sonae North America, Ltd	100	-603.096	-601.502	a), b)
Sonae - Serviços de Gestão, S. A.	100	2.177.811	262.618	
Sonae Tafibra - Gestão Comercial, S. A.	100	2.322.659	258.884	
Sonae Tafibra UK, Ltd	100	-395.601	-254.842	
Sonaegest Soc. Gest. Fundos Imobiliários, S. A.	20	1.423.329	107.132	a), b)
Tafisa - Tableros de Fibras, S. A.	90,99	141.240.210	-3.033.076	

A empresa integra o perímetro de consolidação da Sonae, SGPS, S. A. com sede no lugar de Espido, Via Norte, Maia.

- a) Dados referentes ao exercício de 2001, por indisponibilidade das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2002.
- b) Sociedade não incluída no perímetro de consolidação social da Sonae Indústria, SGPS, SA, por imaterialidade.

27. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS SIMILARES EMITIDOS PELA SOCIEDADE

OBRIGAÇÕES SONAE INDÚSTRIA/98

2 102 917 036 obrigações - Valor nominal: 1 centímo.

Modalidade: Obrigações com direitos de subscrição de acções e taxa de juro variável.

Subscrição: Pública directa, reservada a accionistas a que correspondeu um direito de subscrição de 0,418358381583 obrigações por acção.

Representação: Títulos desmaterializados.

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição.

Prazo do empréstimo: 5 anos

Taxa de juro nominal: A taxa de juro é variável, indexada à taxa lisbor a 6 meses verificada no segundo dia útil anterior ao ínicio do período de contagem de juros, com um "spread" negativo de 5 pontos percentuais até, e inclusivé, ao 6º cupão, e positivo de 0,45 pontos percentuais a partir do 7º cupão inclusivé. A taxa de juro não poderá ser, no entanto, inferior a 0%.

Pagamento de juros: Semestral e postecipadamente em 2 de Março e 2 de Setembro de cada ano.

Reembolso: O empréstimo será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, em 2 de Março de 2003.

Regime fiscal: Retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

Admissão à cotação: Foram admitidos à cotação após o destaque dos direitos de subscrição de acções. Foram admitidos à negociação os respectivos direitos no mercado sem cotação da Bolsa de Valores de Lisboa.

Durante o mês de Março procedeu-se ao pagamento de juros pelo vencimento do 8º cupão.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA SOCIEDADE

Penhor constituído sobre acções representativas do capital social de Indústrias Florestais de Manica - Ifloma, SARL, para garantia do pagamento de 1.875.000 USD.

31. A 30 de Junho de 2002, os bancos participantes no empréstimo sindicado de EUR 400 000 000, concedido a empresas subsidiárias da Sociedade, detinham uma opção de venda à Sonae Indústria, SGPS, SA dos créditos por eles concedidos a essas subsidiárias.

Na mesma data os valores de compromissos financeiros não reflectidos no balanço eram os seguintes:

	Euros
Rendas de ALD vincendas	2.582

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

	Euros
Repartição de finanças da Maia	1.171.445

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento da Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

34. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES ACUMULADAS

As provisões acumuladas a 30 de Junho de 2002 e o seu movimento durante o período terminado nesta data, são os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Euros
				Saldo Final
Provisões para riscos e encargos	2.035.000	0	0	2.035.000
	2.035.000	0	0	2.035.000

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2002 o capital social está representado por 100 000 000 de acções ordinárias ao portador e escriturais, com o valor nominal de 5 Euros.

37. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%, POR PESSOAS COLECTIVAS

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2002:

Sociedade	%
Sonae SGPS, S. A.	94,62

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS RUBRICAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Os movimentos ocorridos nas outras rubricas de capitais próprios durante o 1º semestre de 2002 foram como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Euros	
				Transferências	Saldo Final
Capital social	500.000.000				500.000.000
Acções Próprias:					
Valor nominal	0				0
Desconto e prémios	0				0
Prestações suplementares	0				0
Prémios de emissão de acções	135.339.049				135.339.049
Ajustamento de partes de capital em empresas do grupo e associadas	0				0
Reservas de reavaliação	0				0
Reservas					
- Reservas legais	2.658.586			638.530	3.297.117
- Reservas estatutárias	0				0
- Reservas contratuais	0				0
- Outras reservas	38.686.755			12.132.077	50.818.832
Resultados Transitados	1.947.030			0	1.947.030
Resultado Líquido	12.770.607	5.222.515	-12.770.607		5.222.515
	691.402.027	5.222.515	0	0	696.624.543

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

	Euros	
	02.06.30	01.06.30
Custos e perdas		
Juros suportados	7.733.103	14.902.596
Amortização de investimentos em imóveis	0	0
Provisões para aplicações financeiras	0	0
Diferenças de câmbio desfavoráveis	415.253	0
Descontos de pronto pagamento concedidos	0	0
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	5.986
Outros custos e perdas financeiras	7.555	17.607
Resultados financeiros	<u>7.204.376</u>	<u>-1.390.910</u>
	<u>15.360.287</u>	<u>13.535.279</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	15.360.287	13.535.279
Rendimentos de imóveis	0	0
Rendimentos de participações de capital	0	0
Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
	<u>15.360.287</u>	<u>13.535.279</u>

46. DEMONSTRAÇOES DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

	Euros	
	02.06.30	01.06.30
Custos e perdas		
Donativos	0	0
Dívidas incobráveis	0	0
Perdas em existências	0	0
Perdas em imobilizações	0	0
Multas e penalidades	100	0
Aumentos de amortizações e provisões	0	0
Aumentos de amortizações	0	0
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.387	0
Outros custos e perdas extraordinárias	0	0
Resultados extraordinários	<u>870.205</u>	<u>19.877</u>
	<u>873.692</u>	<u>19.877</u>
Proveitos e ganhos		
Restituição de impostos	0	0
Recuperação de dívidas	0	0
Ganhos em existências	0	0
Ganhos em imobilizações	0	0
Benefícios de penalidades contratualas	0	0
Reduções de amortizações e provisões	0	0
Reduções de amortizações	0	0
Reduções de provisões	0	0
Correcções relativas a exercícios anteriores	638.232	0
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>235.460</u>	<u>19.877</u>
	<u>873.692</u>	<u>19.877</u>

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nº 4 do Artº 5º do Decreto-Lei nº 318/94

						Euros
Créditos de empresas participantes						
Sociedade	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final	
Sonae SGPS, S. A.	225.185.723				225.185.723	
Créditos a empresas participadas						Euros
Sociedade	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final	
Euroresinas, Indústrias Químicas, S. A.	17.302.701				17.302.701	
Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A.	299.892				299.892	
Imocapital, SGPS, S. A.	17.267.764	7.357.483			24.625.247	
Indústrias Florestais de Manica - Ifloma, S. A. R. L.	1.654.074		-212.221		1.441.853	
Maichave - Consultadoria e Gestão, S. A.	1.157.211		-1.157.211			
Maiequipa, Equipamentos, S. A.	374.098		42.481		331.617	
Movelpartes - Comp. P.ª Indústria de Mobiliário, S. A.	3.720.269		28.351		3.691.918	
NAB - Sociedade Imobiliária, S. A.	12.802.090				12.802.090	
Poliface North America, Inc	907.456	113.533	151.520	-203.032	666.437	
Poliface, Comp. Sistemas p.ª Mobiliário Const., S. A.	8.634.955		1.650.000		6.984.955	
Resoflex - Mobiliário e Equipamento de Gestão, S. A.	723.257		723.257			
Siaf - Soc. Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S. A.					6.011	6.011
Somit - Soc. de Madeiras Industrial e Transf., S. A.		1.880.500				1.880.500
Sonae Indústria de Revestimentos, S. A.	5.087.739				5.087.739	
Sonae North America, Ltd	1.088				1.088	
Tafisa - Tableros de Fibras, S. A.	3.147.834		1.543.996		1.603.838	
Taiber - Tableros Aglomerados Ibéricos, S. L.	277.950.110	6.500.000			284.450.110	
	351.030.537	15.851.516	4.139.605	-1.566.453	361.175.996	

48. OUTRAS INFORMAÇÕES

1) EMPRÉSTIMOS DE FINANCIAMENTO CONCEDIDOS E NÃO REMUNERADOS

Durante o período foram concedidos, a título de suprimentos não remunerados, os seguintes valores:

		Euros
- Imocapital, SGPS, SA		7.357.483
- Poliface North America, Inc		113.533

sendo estes valores à data de 30 de Junho, os seguintes:

		Euros
- Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A.		173.774
- Imocapital, SGPS, S. A.		24.625.247
- Indústrias Florestais de Manica - Ifloma, S. A. R. L.		1.441.853
- Poliface North America, Inc		666.437
- Sonae North America, Ltd		1.088

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR

REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

(Montantes expressos em Euro - €)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de €1.011.342.689 e um total de capital próprio de €696.624.543, incluindo um resultado líquido de €5.222.515) e na Demonstração dos resultados do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Reserva

8. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002. Embora na Nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.

Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 25 de Julho de 2002

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves